



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

COMPETÊNCIA DOCENTE FRENTE À DEMANDA SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

Vanda Pereira Leite Dias⁵
Fabiana de Oliveira Pinto⁶

RESUMO

As perspectivas da sociedade contemporânea remetem para a necessidade de um dinamismo maior no processo de ensino e aprendizagem, na qual se percebe que a ciência e a tecnologia têm avançado significativamente. A questão que norteia essa pesquisa indaga sobre o papel do professor frente a tais demandas, pensando o conceito de competência e mais especificamente discutindo sobre o que é necessário para que a ação docente aí se faça significativa. A pesquisa aqui apresentada também faz menção ao avanço das políticas públicas educacionais brasileiras para a formação do professor e fundamenta-se nos referenciais de competência propostos por Perrenoud, que espelham uma formação docente mais para formativa nesse contexto de grandes transformações vivenciadas e reconhecidas como prioritárias, e ainda traz contribuições de autores que versam sobre a nova geração de aprendizes, como Rui Fava, buscando compreender um pouco melhor essa demanda educacional. O caminho trilhado para a pesquisa foi de cunho bibliográfico e descritivo. Contudo, pode-se perceber que o fazer docente muitas vezes ultrapassa os muros das instituições escolares, devendo ser um fazer diário e reflexivo numa sociedade em contínua transformação.

Palavras-Chaves: *formação docente; competência docente; sociedade contemporânea.*

⁵ vanda-leite@hotmail.com

⁶ fabypint@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Diante de todos os desafios que envolvem a profissão docente, percebemos um novo paradigma frente às demandas sociais e educacionais postas na contemporaneidade. O presente estudo registra alguns conceitos de autores que fazem constatações a respeito da docência e de suas competências, retratando aspectos necessários da profissão docente para a contemporaneidade.

Nesse sentido a pesquisa visa responder a seguinte indagação: Diante do contexto contemporâneo que competência(s) o profissional docente deve possuir para possibilitar uma aprendizagem significativa? E ainda: As instituições de formação lhes favorecem tais competências, as habilidades demandadas na atualidade?

As políticas educacionais brasileiras passaram por um conjunto de reformas que trouxe para o centro da cena as novas propostas curriculares, definindo parâmetros para formação inicial e continuada de professores. O objetivo desse estudo é analisar o papel do docente na contemporaneidade, enfocando o debate e o conceito de competência, a necessária para o contexto educacional.

O parecer do Conselho Nacional de Educação nº. 09/2001, no qual se encontram explicitados os fundamentos teóricos e

epistemológicos das diretrizes, versa sobre as competências e áreas de desenvolvimento profissional, necessárias à formação do professor com um novo perfil, mais adequado às exigências sociais e educacionais, defende aí que o professor tenha uma formação nuclear, numa determinada concepção de competência que permita mobilizar os conhecimentos construídos com o propósito de transformá-los em ação significativa.

Como metas, com o propósito de alcançar o objetivo geral, foi realizado um levantamento, através de documentos oficiais – Leis – onde se percebe a indicação de políticas voltadas para a formação docente. Diante do que propõe os referenciais curriculares para a formação de professores pensando no seu trabalho, isto é, do que enfrentam efetivamente na sua atuação profissional.

O presente estudo tem a contribuição de Perrenoud que atribui à ação do docente, num contexto de constantes transformações, que demandam uma nova formação, saber desenvolver atividades de organização e de direção de situações de aprendizagem; como administrador da progressão das aprendizagens; capaz de conceber e fazer com que os dispositivos de diferenciação evoluam; de envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; para trabalhar em equipe; participar da

administração da escola; podendo informar e envolver os pais; sendo competente para utilizar as novas tecnologias e enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão, além de administrar a sua própria formação contínua.

O presente texto, discorrerá também sobre a chamada “educação 3.0”, ideia de Rui Fava, buscando entender o ensino para uma nova geração de aprendizes. Visando o desafio da profissão docente em perceber suas práticas frente aos quatro pilares da educação, com a contribuição de Antunes (2004).

A pesquisa realizada para o desenvolvimento desse estudo é descritiva de cunho bibliográfica, com abordagem qualitativa versando por uma visão holística a despeito do problema.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura tradicional, não sistemática, descritiva, de natureza qualitativa e bibliográfica, já que a análise se realizou em diversas fontes de pesquisas como conteúdo de livros, artigos científicos, sites, dissertação, teses e bibliográficas virtuais.

FORMAÇÃO DOCENTE E REFERENCIAL CURRICULAR

No cenário contemporâneo cada vez mais se reconhece a importância de formar

pessoas capacitadas para o exercício da docência em todos os níveis de ensino. Diante dessa demanda social suscita-se a relevância do grau de competências dos docentes. É notório, no Brasil, o aumento de instituições de ensino superior (IES) e, de igual forma, a oferta de cursos de graduação, como também de pós-graduação, com crescimento substancial. Em consequência desse cenário, geram-se políticas públicas que se voltam para o desenvolvimento de tais competências, para uma mais adequada qualificação desses profissionais.

O Art. 61 da LDB versa sobre:

[...] a formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamentos:

- 1.a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;
- 2.aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades.

A LDB aponta nesse artigo que visa proporcionar uma educação de qualidade, formando inicialmente e continuamente o profissional docente, tendo em vista potencializar as possibilidades de aproveitamento em sua área de atuação.

As diretrizes nacionais para a formação docente (BRASIL/CNE Res. nº.

01/2002), destina-se à regulamentação dos cursos em nível superior de licenciatura e graduação plena, toma como fundamento, os referenciais para formação de professores (BRASIL, 1998) e o parecer do CNE nº. 09/2001, no qual se encontram explicitados os fundamentos teórico-epistemológicos das Diretrizes.

Esse parecer tem como um dos objetivos “sintonizar-se” com as demandas da formação geral. Esse documento intenciona o processo de ressignificação da educação básica, fundamentada na revisão de conceitos das iniciativas da gestão e organização pedagógica. Nesse sentido, discute-se sobre as competências e as áreas de desenvolvimento profissional, necessárias à formação do professor com novo perfil e mais adequado às exigências da sociedade contemporânea.

O Parecer nº. 09/2001 defende que o professor tenha uma formação nuclear, uma determinada concepção de competência que permita o docente mobilizar os conhecimentos construídos com o propósito de transformá-los em ação. Sendo assim, a construção de competências deve ultrapassar os conteúdos e a abordagem metodológica de modo a organizar um percurso de aprendizagem de forma que articule teoria e prática, pressupondo o “[...] exercício das práticas profissionais e as reflexão sistemática sobre elas” (BRASIL, 2001, P. 30).

Para Melo (1999, p. 4)

O professor é um dos profissionais que mais necessidade tem de se manter atualizados, aliando a tarefa de ensinar à tarefa de estudar. Transformar essa necessidade em direito é fundamental para o alcance da sua valorização profissional e desempenho em patamares de competência exigidos pela própria função social.

Nos Referenciais para Formação de Professores (BRASIL, 1998, p. 63) diz que

A formação é aqui entendida como processo contínuo e permanente de desenvolvimento profissional, o que pede do professor disponibilidade para a aprendizagem; da formação, que o ensine a aprender; e do sistema escolar no qual ele se insere como profissional, condições para continuar aprendendo. Ser profissional implica ser capaz de aprender sempre.

Criada em, 2004, a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, tem o objetivo de contribuir para a melhoria da formação dos professores. A prioridade é alcançar os professores de educação básica dos sistema público de educação. As instituições de ensino superior, federais, estaduais e particulares, produzem materiais de orientação para cursos a distância (Modalidade de educação mediada por tecnologias em que alunos e professores estão separados espacialmente

e/ou temporalmente, digo, não estão fisicamente presentes em um ambiente presencial de ensino-aprendizagem) com a criação da Universidade Aberta do Brasil – UAB (MEC, 2006). A Educação a distância é caracterizada por uma comunicação de múltiplas vias, possibilitando ampliação em meio às mudanças tecnológicas como um ensino alternativo para superar limites de tempo e espaço.

Em 2005, o governo federal iniciou uma série de investimentos para garantir educação de qualidade para todos, destacando-o como “Ano da Qualidade da Educação Básica”. Em continuidade a esses investimentos, em 2007 foi lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que define uma agenda de fortalecimento da Educação Básica, com metas a serem alcançadas, pautada na formação de docentes, no piso salarial nacional dos professores e em novos instrumentos de financiamento, avaliação e responsabilização das escolas e demais agentes públicos. (BRASIL 2009, p. 13)

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), em regime de colaboração, pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, oferece apoio técnico e financeiro, como também, coordena o desenvolvimento do programa (MEC, 2006). O MEC lança o Plano Nacional de Formação de Professores

da Educação Básica, com a intenção de formar mais de 330 mil professores que atuam na educação básica sem qualificação adequada, ou seja, sem graduação, como também professores que atuam em áreas diferentes de sua formação (MEC, 2007). De acordo com um censo realizado em 2007, cerca de 600 mil professores da educação básica não possuíam graduação e atuavam em áreas diferentes das suas formações.

O censo de 2007, apresenta resultados como: perfil dos profissionais, formação do professor, característica de escolaridade (área de formação de graduação e pós-graduação, formação continuada). Constituinte-se em informações importantes para o planejamento e a monitoração de ações voltadas para a formação inicial e continuada desses profissionais (BRASIL, 2009, p.25).

O Plano Nacional de Formação de Professores foi instituído pelo Decreto 6755/2009, prevendo um regime colaborativo entre a União, Estados e Municípios, elegendo um plano estratégico inicial, para professores que atuam nas escolas públicas. Essa ação faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e tem o objetivo de melhorar a Educação no País, em todas as suas etapas, em um prazo de quinze anos. A

prioridade é a Educação Básica, que vai do Ensino Infantil ao Médio), está em vigor desde 2007.

O Ministro da educação, dessa vigência, Fernando Haddad, suscitou que “o objetivo do sistema é dar a todos os professores, em exercício, condições de obter um diploma específico na sua área de formação” (MEC, 2009).

Diante de tamanha responsabilidade, a Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, atuando como agência de fomento à pesquisa brasileira na expansão e consolidação da pós-graduação em todos os estados brasileiros. Passou a receber o dobro do seu orçamento para assumir e responsabilizar-se pela formação dos docentes, onde o seu papel é acompanhar a dinâmica dos cursos oferecidos pelas Instituições de Ensino Superior – IES.

A realidade educacional brasileira vem avançando, políticas que qualificam o ensino e a aprendizagem estão surgindo, como é o caso do Programa de Formação Continuada, que possibilita aos professores das escolas públicas, acompanharem o avanço de novas teorias, levando a atualização contínua da prática docente, conduzindo novas possibilidades de aprendizagem, versando um fazer significativo diante da demanda social.

COMPETÊNCIA DOCENTE

É notório a evolução constante da ciência e da técnica, a sociedade e o mercado de trabalho exigem que as Instituições de Formação de Professores percebam a tarefa de proporcionar ao estudante de licenciatura os saberes articulados entre o “saber” e o “saber fazer” (ANDRÉ E DIAS, 2009). Como diz Isabel Alarcão (*In*: PIMENTA, 2000) a relação entre “saber fazer” e “saber fazer bem” implica necessariamente a uma prática epistemológica que “tem como ponto de referência as competências que se encontram subjacentes à prática dos bons profissionais.”

Segundo Fialho (*et al*, 2006, p.77) a “Competência pode ser definida como uma ampla combinação de conhecimentos, habilidades e características pessoais que resultam em comportamentos que podem ser observados e avaliados”. Sendo assim podemos compreender que competência é um saber agir responsável e reconhecido que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades.

Percebe-se que o ofício de professor está se transformando, visto que, o trabalho por projetos, a autonomia, as diferentes pedagogias e as situações de aprendizagens diversas, levam esse profissional a perceber práticas inovadoras emergindo novas competências que devem orientar a

formação inicial e continuada dos professores, contribuindo contra o fracasso escolar e o desenvolvimento da cidadania, recorrendo à pesquisa e a prática reflexiva.

Phillipe Perrenoud (2001a, p.8 - 12), doutor em sociologia e antropologia, atua nas áreas relacionadas ao currículo, às práticas pedagógicas e à formação nas faculdades de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Genebra, e no contexto dos seus estudos desenvolveu e aqui se apresenta dez grandes famílias de competências para o fazer docente: organizar e dirigir situações de aprendizagem; administrar a progressão das atividades; conceber e fazer evoluir os dispositivos de diferenciação; envolver os alunos em suas aprendizagens e em seu trabalho; trabalhar em equipe; participar da administração da escola; informar e envolver os pais; utilizar novas tecnologias; enfrentar os deveres e os dilemas éticos da profissão; administrar sua própria formação continuada.

Perrenoud esclarece que o fazer docente vai muito além da profissão de “professor”, pois suscita que o ofício do docente ultrapassa os muros da escola, é um fazer diário, reflexivo que caminha em todos os âmbitos onde a educação é possível.

A educação contemporânea articulada à necessidade do domínio de competências, desafia os professores a

perceberem suas práticas diante dos quatro pilares da educação. Fundamentando-se nos conceitos de conhecimento de Jacques Delors (1997), autor e organizador do relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, intitulado “Educação, um Tesouro a Descobrir”.

O educador deve organizar-se buscando quatro aprendizagens essenciais que seriam: **aprender a conhecer**, isto é, adquirir as competências para a compreensão, incluindo o domínio dos próprios instrumentos do conhecimento; **aprender a fazer** que enfatiza a questão da formação profissional e o preparo para o mundo do trabalho; **aprender a viver juntos**, a viver com os outros, onde o professor deve perceber a escola como centro de descoberta do outro e também um espaço estimulador de projetos solidários e cooperativos, identificado pela busca de objetivos comuns; **aprender a ser**, significando que todo ser humano deve ser preparado na íntegra, capaz de ter pensamentos autônomos e críticos e também formular o próprio juízo de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir em diferentes circunstâncias (ANTUNES, 2004, p. 13-15). Assim, é fácil de se perceber que os quatro pilares da educação servem de base educacional para os saberes e competências a serem

adquiridos no âmbito educacional, visando uma formação holística do indivíduo.

O FAZER DOCENTE E A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A sociedade é fruto de uma cultura que produz e se reproduz através da aprendizagem, integrando diversas informações disseminadas por vários meios, em um processo de constante modificação. A sociedade contemporânea, “do conhecimento ou da informação”, determina-se por condições apresentadas pela cultura, a despeito das tecnologias, onde a informação é vista de forma rápida, dificultando uma compreensão reflexiva.

Na prática docente contempla-se proporcionar condições e habilidades para que os indivíduos possam lidar com essa realidade. Sabemos que o aprendizado apoiado nos conteúdos não basta, é essencial que se possibilite o desenvolvimento do desejo de conhecer, a compreensão, com uma aplicabilidade efetiva desse conhecimento, para que o torne significativo para a vida do indivíduo

O papel da escola e do docente frente às demandas tecnológicas da sociedade do conhecimento, deve se fazer percebendo a utilização das tecnologias e a instrução de como trabalhar com as mensagens que se produz nesse meio. As instituições escolares estão inseridas na sociedade da informação sendo necessário

conectar-se com as novas demandas da sociedade preparando os discentes, para o enfrentamento participativo e proativo de sua geração.

Rui Fava (2012) nos diz que “estamos na era da inteligência em rede, num sistema de colaboração e participação mútua”. Desta forma, o professor, nos dias de hoje, precisa realizar seu trabalho com competência, diante de uma sociedade evolutiva, onde a informação não cabe exclusivamente à escola, tendo a consciência de que existem vários meios que podem levar o sujeito ao raciocínio e ao conhecimento e de que a aprendizagem pode acontecer de várias formas além da tradicional aula expositiva.

O profissional deste século precisa de muito esmero para fazer frente às demandas da sociedade. O objetivo não é formar só cidadãos, o que já é uma missão bastante grandiosa, ele é ainda muito mais complexo. Na verdade, as questões estão menos visíveis, aprofundadas em conhecimentos mais significativos como o desenvolvimento de habilidades e competências, principalmente as que estão ligadas direta ou indiretamente às mídias, atendendo uma demanda de maior interatividade e que permita contemplar a interdisciplinaridade da enorme inteligência coletiva, tornando o processo de ensino\aprendizagem muito mais ativo que passivo favorecendo uma quebra de

paradigma de que o professor é o detentor do saber.

Rui Fava (2012 p. 92) cita que “cada vez mais mídias passivas e tradicionais são substituídas por mídias participativas e interativas. Cada vez mais a convergência midiática forçará uma transformação cultural e mediada em que os estudantes são incentivados a procurar novas informações”.

O autor versa sobre a inteligência em rede que remete para um sistema de colaboração e participação mútua. Convém dizer que essa participação cultural diante de atitudes e de comportamentos entre as pessoas, não acontecem apenas por intermédio das tecnologias. “As tecnologias não mudam o que aprendemos, mas altera o modo como aprendemos. O processo de ensino e aprendizagem tornou-se coletivo, e portanto devemos usufruir da enorme inteligência coletiva presente em qualquer instituição de ensino” (*Ibidem*, p. 93).

A inteligência coletiva gera uma comunidade de conhecimentos, permitindo melhorias do ensino aprendizagem, Pierre Lévy (*apud* FAVA, 2012) contribui significativamente, com essa temática em relação aos problemas de aprendizagem, onde a interdisciplinaridade envolve o todo, contudo percebe-se que a discussão não se dá em torno de uma única disciplina ou de um único professor.

Vivemos um período em que a educação transcende as instituições escolares, o aprender se faz a todo momento e em lugares diferentes, tem-se novos espaços de ensino e aprendizagem, presenciais e virtuais. Diante dessa realidade o papel do professor vai se alterando e se incorpora a novos papéis como o de mediador, facilitador, gestor, mobilizador e motivador (*Ibidem*, p. 92).

Os estudantes contemporâneos têm as informações ao seu alcance, a um click, são os nativos digitais. Diferentemente das gerações anteriores, “são imprevisíveis e migratórios demonstrando uma declinante lealdade a qualquer tipo de processo padronizado. Se os alunos das gerações passada eram indivíduos isolados, silenciosos e invisíveis, os jovens atuais são conectados, barulhentos e públicos” (FAVA, 2012 p. 95).

Tem trazido mudanças de paradigmas, o emprego de tecnologias na educação se dá trazendo um ambiente mais audiovisual, instantâneo, com ampla abrangência, com facilidade de ver, de ouvir, de falar e escrever a qualquer e a todo o momento e lugar. Os conceitos de ensinar e aprender diante dessa realidade se alteram, conseqüentemente o agir do docente deva favorecer a metodologias diferentes, com todas essas transformações. A contemporaneidade requer um docente que saiba “oferecer causas, muito mais que

conteúdo, que promova o desafio e a necessidade, que estimule e não apenas exija” (FAVA, 2012 p. 96).

O que mudou? Não é a capacidade de atenção do aluno, mas suas possibilidades de aprender. Existem vários caminhos, onde estão presentes a sonoridade de uma música, a tensão de um bom filme, o encanto e desencanto da *Internet* e o ambiente de sala de aula que se torna penoso e estressante, ao passo que se afasta muito da realidade em que se vive.

Rui Fava versa sobre a realidade da geração Y, onde o aprendente dessa nova geração absorve informações de uma forma diferente, portanto, os métodos de ensino precisam ser geridos, de forma significativa e que tenham importância imediata para a vida do discente, ou seja, que faça valer o tempo no âmbito escolar.

CONCLUSÃO E DISCUSÃO DOS RESULTADOS

Tendo como força propulsora a formação docente, frente às demandas sociais com enfoque no conceito de competência e sua aplicabilidade no contexto educacional, as políticas públicas brasileiras, têm contribuído significativamente com propostas curriculares, definindo parâmetros para formação inicial e continuada de professores, enfocando a prática docente, dentre outros fatores apontados.

É notório que a sociedade evolui, sendo assim, faz-se necessário o avanço de habilidades e competências, por parte dos docentes, para que possam acompanhar o processo evolutivo da contemporaneidade e promover o mesmo desenvolvimento para os discentes.

Buscando o objetivo proposto, essa pesquisa fundamentou-se em concepções de autores que contribuíram significativamente no âmbito da temática abordada, que envolve o papel do professor, na contemporaneidade, compreendendo que competência docente, é um saber agir responsável e reconhecido que implica mobilizar, integrar, transferir conhecimentos, recursos e habilidades. É notório compreender tais competências como um referencial, um guia para compreensão do processo de formação docente.

Nessa perspectiva se refletiu sobre os conceitos fundamentais da educação, que o docente possa adquirir habilidades para a compreensão e apropriação dos instrumentos do conhecimento, também, a preparação para o âmbito do trabalho aprendendo a fazer, a cooperar para relações mútuas de convivência, e enfatizar a autonomia e a criticidade no sentido de perceber-se capaz de tomar decisões por si só.

É evidente a evolução constante da ciência e da tecnologia, a sociedade e o

mercado de trabalho, conseqüentemente, exige-se e se espera que os profissionais docentes acompanhem essa evolução, e que as instituições de ensino superior perceba a tarefa de proporcionar aos futuros professores os saberes articulados entre saber, e conseqüentemente, saber fazer de forma a alcançar a demanda social na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. “Contribuição da didática para a formação de professores – reflexões sobre o seu ensino”. In: PIMENTA, Selma Garrido (org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 2000. pp. 159-190.

Antunes, C. **Como desenvolver competências em sala de aula**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.755**. 29 de janeiro de 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica**: parecer CNE/CP nº. 09/2001. Diário Oficial da União de 18/01/2002, Seção 1, p. 31. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne>>. Acesso em: 24 de mai. de 2013.

BRASIL, **Estudo exploratório sobre o professor brasileiro**: com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica 2007. Brasília. Mai. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Referenciais para Formação de Professores**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DELORES, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1997.

DIAS, Hildizina Norberto (UP/Maputo) e ANDRÉ, Marli (PUC/SP). A Incorporação dos Saberes docentes na Formação de Professores. **Revista Brasileira de Formação de Professores**. vol. 1, n. 3, dez. 2009, p.76-89.

MELO, Maria Teresa Leitão de. Programas oficiais para formação dos professores da educação básica. **Educação e Sociedade**. dez. 1999, vol.20, n.68, p.45-60.

PERRENOUD, P. **Construir as competências desde a escola**. Porto Alegre: Artemed, 1999.

_____. **Dez novas competências para ensinar no século XXI**. Porto Alegre: Artemed, 2000.

_____. Dez Novas Competências para uma nova profissão. **Pátio Revista Pedagógica**. Porto Alegre, n.17, mai-jul, 2001, pp.8-12.

FIALHO, Francisco A. P. *et al.* **Gestão do conhecimento e aprendizagem**. Florianópolis: Visual Books, 2006.

FAVA, Rui. **Educação 3.0: como ensinar estudantes com culturas tão diferentes**. 2. ed. Cuiabá: Carline e Caniato Editorial, 2012.